

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS – ANCAT E A COOPERATIVA DE TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE CAPÃO BONITO - ACAMAR.

Pelo presente instrumento, de um lado a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**, doravante denominada “**ANCAT**”, associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ: 03.580.632/0001-60, com sede na Rua Vinte e Quatro de Maio, 276, 5º andar, República, São Paulo/SP, CEP: 01.041-000, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social, e de outro lado, a **COOPERATIVA DE TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE CAPÃO BONITO**, doravante denominada “**ACAMAR**”, sociedade Cooperativa, inscrita no CNPJ sob o nº **10.657.199/0001-89**, com sede na Rua Brasília Soares De Almeida, 51, Vila Santa Isabel/Capão Bonito/SP, CEP: 18306-050, neste ato representada pelo seu/sua representante legal Sr(a) **Cristiano Elias Ferreira**, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº 34.191.173-2 e inscrito(a) no CPF sob nº 300.639.838-69,

Cada uma, individualmente, denominada “Parte” e, em conjunto, denominadas “Partes”,

CONSIDERANDO QUE:

- (i) A ANCAT atua nas áreas de promoção social, geração de trabalho e renda, capacitação profissional, gestão sustentável dos resíduos sólidos e inclusão socioeconômica de catadores(as) de materiais recicláveis, tendo como objetivo promover a união dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis em cooperativas, associações e redes de cooperação, visando sua organização autônoma e a melhoria das condições de vida e de trabalho da categoria, por meio de projetos na área de reciclagem;
- (ii) A ANCAT é responsável por estruturar, operacionalizar e implementar o Projeto Reciclar pelo Brasil – FASE IX (“Projeto”), sistema de logística reversa de embalagens em modelo coletivo, de abrangência nacional, nos termos da Lei Federal n. 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS) e dos Decretos Federais n. 10.936/2022 e n. 11.413/2023;
- (iii) A Lei Federal nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, e o Decreto nº 10.936/ 2022, que a regulamentou, estabeleceram:
 - a) a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos entre os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, na gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos; e
 - b) a importância da integração, desenvolvimento das cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações;



- (iv) O Acordo Setorial de Embalagens, assinado em 25 de novembro de 2015, do qual a ANCAT é signatária, estabelece como responsabilidade dos seus partícipes a implantação do sistema de logística reversa de embalagens contidas na fração seca dos resíduos sólidos urbanos ou equiparáveis e, como forma de efetivá-lo, determina o investimento por parte dos fabricantes e importadores em cooperativas de catadores;
- (v) Os dados de aporte no Sistema de Monitoramento de Embalagens se dão em vista à meta de recuperação de embalagens por região/estado, tendo por base à taxa de recuperação definida pelo CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária;

As Partes resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo de Cooperação, doravante denominado “Termo”, que reger-se-á sob as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo o aporte de massa específica de materiais recicláveis comercializados pela Organização, tendo como contrapartida o investimento pela Ancat na Organização, com o intuito de ampliar e desenvolver as atividades da Organização, visando fortalecer aspectos gerencial, administrativo, operacional e associativo, de forma a colaborar para a eficiência de suas atividades produtivas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS METAS DE QUANTIDADE DE MATERIAL REPORTADO

2.1. Para a consecução do objeto deste Termo, a Organização se compromete a repassar dados de comercialização de materiais e resíduos recicláveis, correspondentes à quantidade total de **2.000 (dois mil toneladas)**, comercializados durante o ano de 2025.

2.1.1. Os dados, relativos à comercialização indicada no item 2.1, serão distribuídos nas seguintes quantidades por tipo de material:

Tipo de material	Quantidade
Metal	147 (cento e quarenta e sete toneladas)
Papel	1.118 (um mil e cento e dezoito toneladas)
Plástico	467 (quatrocentos e sessenta e sete toneladas)
Vidro	268 (duzentos e sessenta e oito toneladas)

2.2. A comprovação dos dados que serão fornecidos à ANCAT se dará única e exclusivamente pela apresentação de uma ou mais Notas Fiscais, em formato XML completo e separadas por tipo de material, emitidas pela Organização, a qual declara estar apta a sua emissão.

2.3. Somente serão aceitas NFs de comercializações dos materiais para as indústrias de reciclagem ou para empresas e operadores que atuem como comércio atacadista de resíduos, nos termos do Decreto Federal nº 11.413/23, art. 15, §7º.

- 2.4. Não serão aceitas, para fins de comprovação, as Notas Fiscais apresentadas (i) em formato XML resumido e/ou (ii) referentes à comercialização de mais de um tipo de material na mesma Nota e/ou (iii) referentes a vendas para pessoas físicas.
- 2.5. As Notas Fiscais emitidas pela Organização em 2025, antes da assinatura deste Termo, serão avaliadas pela ANCAT quanto ao seu aproveitamento em relação às metas propostas no presente instrumento.
- 2.6. A partir da assinatura deste Termo, as Notas Fiscais a serem apresentadas no âmbito deste Termo devem seguir as orientações previstas neste instrumento, em especial aquelas dos itens: 2.2 a 2.5.
- 2.7. Em caso de superação das metas por tipo de material, conforme descrição no item 2.1.1., a quantidade excedente de material recuperado, reportado e comprovado será avaliada pela ANCAT quanto ao seu aproveitamento em relação a metas não previstas no presente instrumento, mediante a manifestação expressa do Departamento de Logística Reversa da Ancat por e-mail.
- 2.8. Não será admitido, em qualquer hipótese, utilizar a quantidade excedente de material recuperado, reportado e comprovado em determinado tipo de material para considerar o atingimento das metas previstas neste instrumento para qualquer outro tipo de material.
- 2.9. Para efeito de cálculo das massas destinadas à reciclagem, não serão contabilizados os materiais eletroeletrônicos e tampouco os materiais orgânicos.
- 2.10. Em caso de divergência, descumprimento ou na falta da emissão de Nota Fiscal, será considerado que o reporte de materiais não ocorreu e este Termo poderá ser rescindido, ficando a ANCAT isenta de realizar o repasse de qualquer valor que seja.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR INVESTIDO

- 3.1. Em contrapartida aos dados de comercialização fornecidos pela Organização, a ANCAT realizará o investimento de até **R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais)** na Organização, referente à quantidade de materiais reportados descrita no item 2. e demais condições deste Contrato.
- 3.2. O cálculo do investimento a ser realizado foi definido a partir da média mensal de massa de materiais comercializados pela Organização, por tonelada, conforme estabelecido abaixo:

MÉDIA MENSAL	VALOR DO INVESTIMENTO POR TONELADA
Acima de 90 toneladas	R\$ 105
De 65 até 89 toneladas	R\$ 95
De 40 até 64 toneladas	R\$ 85
De 15 até 39 toneladas	R\$ 75

- 3.3. Para efeito do cálculo do investimento a ser realizado na Organização, foram considerados como base a média dos dados de produção mensal, submetidos no Sistema da ANCAT, de acordo com a produção da Organização nos meses anteriores à assinatura deste Termo, ou ainda com base na média de produção mensal ou outra forma que a ANCAT definir. O cálculo da média é simples, sendo somadas as massas comercializadas no período analisado e dividido pelo número de meses.
- 3.4. No mínimo 70% (setenta por cento) dos recursos financeiros investidos pela ANCAT na Organização devem ser utilizados para financiar ações estruturantes, ou seja, aquelas voltadas ao desenvolvimento e à ampliação da capacidade da Organização em realizar a coleta, separação, destinação final e comercialização de materiais e resíduos.
- 3.4.1. Essa porcentagem somente poderá ser alterada mediante acordo entre as Partes.
- 3.5. A ANCAT efetuará os investimentos na Organização apenas após a validação das notas fiscais entregues, por meio da análise de verificador independente de resultados e/ou auditor indicado pela ANCAT.
- 3.6. Os investimentos a serem realizados estão diretamente condicionados ao repasse financeiro por parte dos parceiros financiadores da ANCAT. Assim, a ANCAT não está obrigada a fazer qualquer tipo de investimento caso não receba apoio para implementação de suas ações.
- 3.7. A quantidade de material a ser reportado pela Organização e, consequentemente, os valores a serem investidos pela ANCAT podem ser renegociados entre as Partes, de acordo com as exigências da legislação vigente, inclusive quanto ao estabelecimento de metas de recuperação por tipo de material.
- 3.8. Para além do disposto acima, a critério exclusivo da ANCAT, os valores de investimento poderão ser ampliados para apoiar, incentivar e beneficiar a Organização que faça o manuseio, trabalho, recolhimento, separação, destinação e comercialização de certos tipos de materiais e resíduos.
- 3.9. A ANCAT poderá suspender a liberação e/ou utilização dos recursos relacionados ao investimento, às atividades e às ações destinadas à qualificação e melhoria da infraestrutura da Organização, sem direito a ressarcimento ou a qualquer indenização, em qualquer das seguintes hipóteses:
- a) Quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, inexistência, carência, insuficiência ou falta de dados e informações da Organização;
 - b) Quando ocorrerem outras circunstâncias de responsabilidade da Organização que possam comprometer, dificultar ou impossibilitar o alcance dos objetivos, obrigações, resultados e metas da parceria;
 - c) Quando a Organização não realizar o reporte dos dados de comercialização da quantidade descrita na Cláusula Segunda ou realizá-lo apenas em parte, tornando inviável o cumprimento deste Termo.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

- 4.1. O presente Termo inicia-se na data de assinatura, retroagindo a 01/01/2025, e encerra-se com o reporte, pela Organização à ANCAT, da totalidade da massa de materiais recicláveis acordada no item 2.1. deste Termo, prevista para o dia 31/12/2025.
- 4.2. Caso a Organização não apresente o relatório da massa total dentro do prazo estipulado, a ANCAT poderá estabelecer um acordo para a redefinição das metas com a Organização, considerando a capacidade de entrega de massa desta no ano em curso, sendo necessário, para tanto, a celebração de um termo aditivo ou de um novo instrumento contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA ANCAT

5. São obrigações da ANCAT:
 - 5.1. Realizar acompanhamento técnico para prestar apoio à Organização, sob a coordenação e supervisão exclusiva da ANCAT;
 - 5.2. Contribuir para que a Organização amplie sua eficiência produtiva, logística e de gestão, colaborando assim para ampliar suas oportunidades de inserção no mercado da logística reversa;
 - 5.3. Prestar apoio técnico, de forma a possibilitar à Organização:
 - a) regularização documental e/ou legalização;
 - b) emissão de notas fiscais, guarda e arquivamento de documentos;
 - c) elaboração de propostas de prestação de serviços de coleta seletiva;
 - d) implementação de ações para melhoria de controle administrativo e financeiro;
 - e) propor ações de educação ambiental junto às suas Comunidades, visando melhoria na separação dos resíduos recicláveis.
 - 5.4. Aplicar questionário diagnóstico participativo, que analisará questões relativas à organização do trabalho, produção, origem dos resíduos, comercialização, situação financeira e administrativa, parcerias locais, coleta seletiva, situação contábil e jurídica, gestão participativa, vitalidade associativa, atuação das lideranças, dentre outras questões necessárias à construção de um diagnóstico fiel a realidade vivida pela Organização;
 - 5.5. Elaborar um Plano de Ação, em conjunto com a Organização, descrevendo as atividades que serão realizadas, de forma a corrigir os problemas identificados pelo questionário diagnóstico; e
 - 5.6. Fazer o investimento na Organização, conforme os critérios estabelecidos no presente instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO

6. São obrigações da Organização:
 - 6.1. Atuar para obter todos os documentos necessários e adequados para cumprir todas as exigências previstas nas regulamentações Estaduais e Nacional sobre a logística reversa;



- 6.2. Participar de todas as ações de apoio técnico promovidas pela ANCAT e seus colaboradores, tais como capacitações, formações, reuniões técnicas, visitas e intercâmbios que visem favorecer a realização do objeto;
- 6.3. Disponibilizar, os seguintes dados, de acordo com a quantidade definida na Cláusula Segunda:
 - a) Massa de materiais recicláveis comercializados;
 - b) Tipos de materiais recicláveis comercializados, nos termos da Cláusula Segunda;
 - c) Notas fiscais dos materiais comercializados de venda em formato XML completo;
 - d) Valores de venda dos materiais recicláveis comercializados;
 - e) Nome, CNPJ e endereço dos compradores dos materiais recicláveis que foi comercializado (**Observação:** não é possível validar massas, na Logística Reversa, comercializadas pelas cooperativas com um CPF, ou ainda de Cooperativa/Associação para Cooperativa/Associação.
 - f) Massa de rejeitos resultantes da triagem;
 - g) Massa de materiais recicláveis sem mercado;
 - h) Número de catadores ativos e atuantes na organização, no mês consultado; e
 - i) Renda auferida pelos catadores associados à organização.
- 6.4. Solicitar a execução do investimento para a ANCAT no prazo e nos termos da Cláusula Terceira, aguardando a autorização dos assessores técnicos para proceder com compras, contratações e outras ações a serem financiadas com os valores de investimento.
- 6.5. Colaborar com a elaboração do Plano de Ação previsto na Cláusula Quinta, deste instrumento e empenhar-se para garantir a sua plena realização;
- 6.6. Colaborar com a aplicação do questionário diagnóstico previsto na Cláusula Quinta, deste instrumento e empenhar-se para garantir o levantamento das informações necessárias à sua plena realização;
- 6.7. Colaborar com a divulgação das ações desenvolvidas pela ANCAT e dos parceiros que as financiam;
- 6.8. Disponibilizar espaço para fixação de placa de divulgação das ações realizadas pela ANCAT e dos parceiros que as financiam;
- 6.9. Permitir que a ANCAT utilize o nome e imagens da Organização, para efeito de divulgação das ações desenvolvidas;
- 6.10. Permitir o acesso a suas instalações e a seu espaço de trabalho para a realização de visitas dos representantes da ANCAT e de seus parceiros, sendo estas agendadas previamente;
- 6.11. Responsabilizar-se integralmente pelo cumprimento das exigências da legislação e dos órgãos competentes para sua devida instalação e operação (tais como, mas não limitado, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, órgãos ambientais, entre outros), isentando a ANCAT de toda e

qualquer responsabilidade, seja a que título for, pelo eventual descumprimento de tais exigências;

- 6.12. Responsabilizar-se integralmente por todas as reclamações e ações judiciais e extrajudiciais movidas por seus cooperados em decorrência da execução do objeto deste Termo, bem como pelas multas geradas pela má utilização do espaço que ocupa;
- 6.13. Responsabilizar-se integralmente pelo pagamento de multas decorrentes de autuações por órgãos fiscalizadores, Secretarias, dentre outros, bem como pela adoção imediata das medidas corretivas para sanar os problemas;
- 6.14. Fornecer todas as informações e/ou documentos solicitados pela ANCAT, visando aos fins e ao objeto deste Termo, bem como manter organizada e em segurança a documentação técnica para o registro do desenvolvimento do projeto e seu acompanhamento pela ANCAT;
- 6.15. Não utilizar, direta ou indiretamente, mão de obra infantil (ou seja, a mão de obra a ser utilizada será somente de pessoas que tenham 18 anos ou mais), bem como não fazer uso ou suporte, direto ou indireto, de trabalho forçado, nem tampouco de mão de obra escrava, análoga ou compulsória;
- 6.16. Responsabilizar-se por fiscalizar a utilização pelos cooperados/associados de equipamentos de proteção individual de segurança (EPI's), obrigatórios durante o manuseio dos resíduos e de acordo com a orientação dos órgãos de saúde sanitária;
- 6.17. Assegurar que as massas em toneladas de materiais destinados à reciclagem ou a outras formas de recuperação pela Organização, declarados à ANCAT e comprovados na forma deste Termo, poderão ser utilizados como forma de comprovação de cumprimento de metas de recuperação de materiais recicláveis, no âmbito do sistema de logística reversa, de acordo com as parcerias e outras iniciativas a serem desenvolvidas pela ANCAT;
- 6.18. Assegurar que as massas descritas na Cláusula Segunda não serão objeto e/ou implicarão em colidência, duplicidade e/ou sobreposição de titularidade e/ou de cumprimento de obrigações e metas já abarcadas por outros projetos, medidas, procedimentos, ações e iniciativas de logística reversa executadas ou em execução por membros da Coalizão de Empresas do Setor de Embalagens, no âmbito do Acordo Setorial de Embalagens;
- 6.19. A Organização também reafirma que assegura a não colidência, duplicidade e/ou sobreposição na contabilização das toneladas declaradas a ANCAT, em conformidade com a Lei Federal nº 12.305/2010 (PNRS), o Decreto nº 10.936/2022, o Decreto nº 11.413/2023, e o Acordo Setorial para Implementação de Sistema de Logística Reversa de Embalagens em Geral firmado pelo setor empresarial com o Ministério do Meio Ambiente, não podendo disponibilizar as massas declaradas para a ANCAT, para serem utilizados como forma de cumprimento de metas, no âmbito do sistema de logística reversa, por outros atores e/ou sistemas; e

- 6.20. Comunicar prontamente a ANCAT na hipótese de receber qualquer manifestação/convite de outras entidades de interesse relacionada a participação da Organização a novas ou outras atividades, ações, investimentos, programas/projetos voltados à logística reversa de embalagens.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO

- 7.1. O presente Termo poderá ser rescindido por qualquer das Partes sem que caiba qualquer penalidade, reclamação, indenização ou compensação, desde que haja prévia e expressa comunicação à outra Parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 7.1.1. Nesta hipótese, serão devidos à Organização os valores relativos à quantidade de material reportado até a data do efetivo encerramento do instrumento, à critério da ANCAT.
- 7.2. Qualquer das Partes poderá rescindir o Termo unilateralmente caso haja descumprimento de qualquer das suas Cláusulas.
- 7.2.1. A solicitação da rescisão deverá se dar por Termo de Distrato a ser devidamente assinado pelos representantes legais da Organização e da ANCAT.
- 7.3. A ANCAT poderá rescindir unilateralmente este Termo, nas seguintes hipóteses, ficando isenta de repasse de qualquer valor que seja:
- a) diante da não realização ou da realização incorreta do reporte pela Organização da massa de materiais previsto no item 2.1., dentro do prazo acordado entre as Partes; e
 - b) diante da participação da Organização em qualquer tipo de associação, parceria, trabalho ou vínculo com outrem, também obrigado a implementar sistema de logística reversa de embalagens, quando esta implicar no cumprimento comum deste instrumento, duplicidade e/ou colidência de titularidade e/ou resultados.
- 7.4. O presente Termo também poderá ser rescindido por existência de fato que o torne insubsistente, respondendo as Partes pelas obrigações assumidas até aquele momento.

CLÁUSULA OITAVA - DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

- 8.1. A Organização reconhece e aceita que a propriedade intelectual, incluindo, mas não se limitando a direitos autorais, metodologias, técnicas e “know-how” desenvolvidos no âmbito do Reciclar pelo Brasil, projeto de operacionalização da logística reversa implementado pela ANCAT, constituem propriedade exclusiva da ANCAT, a quem cabem todas as decisões técnicas, estéticas, administrativas e financeiras.
- 8.2. A Organização cede à ANCAT, a título exclusivo, definitivo, irrevogável e irretratável, os direitos de propriedade intelectual, inclusive os direitos patrimoniais de autor, incidentes sobre eventuais obras que sejam resultados e entregas no âmbito deste Termo, tais como quaisquer textos, materiais didáticos, ilustrações, artes ou outras criações dessa natureza, para que esta possa utilizar, fruir e dispor livremente, sem quaisquer limitações de quantidade, mídia, forma de aproveitamento, finalidade ou território, pelo prazo máximo de proteção previsto em lei.

- 8.3. A Organização responderá integralmente pelos danos, aos que der causa, que venham a violar os direitos de propriedade intelectual da Ancat, respondendo, nesses casos, por perdas e danos, lucros cessantes, indenizações a terceiros, honorários e custas processuais, sem prejuízo das demais cominações legais.

CLÁUSULA NONA – DO SIGILO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 9.1. As Partes reconhecem que este Termo está baseado em uma relação de cooperação e confiança recíproca e estão cientes de que, no exercício de suas funções, poderão ter acesso a informações e materiais que não sejam de conhecimento do público em geral e que a Parte que os revelou considera ser de sua propriedade exclusiva e de caráter confidencial (“Informações Privilegiadas”).
- 9.2. As Partes concordam em não permitir que terceiros alheios à esta relação tenham acesso a quaisquer “Informações Privilegiadas”, bem como a outras informações e documentos identificados como sigilosos, ou que as Partes saibam ou tenham motivos para crer que se enquadrem nessa categoria, quer sejam eles das Partes, de qualquer de suas coligadas ou sócias, ou, ainda, de fornecedores e clientes.
- 9.3. As Partes declaram e garantem que a relação estabelecida a partir deste Termo não infringe ou infringirá qualquer obrigação de sigilo.
- 9.4. É vedado às Partes utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer Informações Privilegiadas para o desenvolvimento de atividade igual ou similar à desenvolvida pela outra Parte.
- 9.5. As limitações previstas neste Termo para a revelação de informações confidenciais não são aplicáveis quando tais informações (i) eram, nesta data, de domínio público, ou (ii) se tornaram conhecidas do público, em caráter geral, após esta data, sem que haja qualquer participação da Parte receptora nesta divulgação, ou (iii) sejam reveladas em decorrência de atendimento a exigência legal e/ou de ordem judicial ou de autoridade governamental,
- 9.6. A divulgação dos dados não considerados “Informações Privilegiadas” somente poderá ser disponibilizada para terceiros, desde que autorizada, por escrito, pelas Partes.
- 9.7. Fica a ANCAT, a partir da assinatura deste Termo de Cooperação, autorizada a utilizar as informações levantadas junto à Organização, para fins de elaboração e divulgação de relatórios, estudos e produção de outros documentos que colaborem para o desenvolvimento da própria ou para a organização social, produtiva e econômica dos catadores de materiais recicláveis em geral.
- 9.8. A Parte que descumprir a presente cláusula, seja em decorrência da falta de veracidade ou de qualquer violação das obrigações ora dispostas, deverá indenizar a Parte prejudicada, seus diretores, conselheiros, agentes e empregados por quaisquer danos e despesas que venham a incorrer isentando-os de qualquer responsabilidade.



9.9. Na eventualidade de haver compartilhamento de dados pessoais para o cumprimento deste Contrato, as Partes se comprometem entre si a tratá-los em atenção às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) e às demais normas vigentes aplicáveis, respeitando os princípios legais, as bases legais para o tratamento de dados pessoais e todos os direitos dos respectivos titulares, podendo ser responsabilizada administrativa e civilmente pelas autoridades competentes em virtude de infrações à legislação de proteção de dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1. A Organização poderá participar de outros projetos de logística reversa, desde que não haja colidência ou duplicidade dos dados apresentados à ANCAT e que não haja qualquer prejuízo à ANCAT ou à entrega dos dados.
- 10.2. Qualquer omissão ou tolerância das Partes na exigência do fiel cumprimento do estabelecido neste Termo, ou no não exercício das prerrogativas dele decorrentes, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará o direito de a Parte exercê-lo a qualquer tempo.
- 10.3. O presente Termo obriga as Partes e seus sucessores a qualquer título, no que diz respeito a este instrumento.
- 10.4. Qualquer alteração nas cláusulas deste instrumento, com exceção das previsões expressas, dependerá de Termo Aditivo devidamente assinado pelas Partes.
- 10.5. As Partes reconhecem inexistir qualquer vínculo de natureza empregatícia entre os prepostos, prestadores de serviços e agentes da Organização para com a ANCAT, obrigando-se a Organização, exclusiva e integralmente, pelos encargos trabalhistas, tributários, previdenciários e outros relacionados a seus associados, empregados e prestadores de serviços que eventualmente, por sua orientação, venham a se envolver na execução do objeto deste Termo.
- 10.6. Caso uma das cláusulas do presente Termo seja considerada nula, as demais obrigações assumidas pelas Partes não serão afetadas, as quais continuarão plenamente válidas e exigíveis entre as Partes.
- 10.7. Todas as condições deste Termo vinculam as Partes, bem como seus sucessores a qualquer título. As Partes farão com que qualquer sucessor de suas operações atuais ou futuras cumpram incondicionalmente os termos ajustados.
- 10.8. As Partes declaram, sob as penas da Lei, que os signatários do presente instrumento são seus representantes/procuradores legais, devidamente constituídos na forma dos respectivos estatutos/contratos sociais, com poderes para assumir as obrigações ora contraídas.
- 10.9. No caso de litígios ou divergências oriundas do presente Termo de Cooperação, as Partes envidarão esforços no sentido de dirimi-las inicialmente pela via amigável. A tentativa de acordo será considerada fracassada assim que uma das Partes tiver feito tal comunicação à outra Parte por escrito.



10.10. As Partes, bem como seus signatários, na qualidade de representantes legais destas, admitem a assinatura eletrônica do presente Termo, transmitida por meio de certificação digital pública ou privada, como válida e hábil para garantir a integridade e a autoria deste Termo. Assim, as Partes reconhecem que este Termo e qualquer outro documento a ele relacionado poderão ser assinados eletronicamente ou de forma manuscrita ou por ambas as modalidades no mesmo documento, bem como que as assinaturas eletrônicas apostas neste Termo possuirão valor legal, para todos os fins, incluindo a comprovação da validade jurídica, integridade e autenticidade do Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. As Partes elegem o foro da Comarca de São Paulo/SP para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências acerca da aplicação deste Termo de Cooperação, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

Para a validade do presente instrumento, os representantes legais celebram este Termo, na presença de, no mínimo, 2 (duas) testemunhas. Para as assinaturas, poderá ser utilizado qualquer plataforma eletrônica, desde que estas possam ser validadas por meio de certificado de autenticação.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECLÁVEIS – ANCAT

Cristiano Elias Ferreira
Representante Legal da **ACAMAR**

Testemunhas:

Nome: Bruno do Nascimento Vieira
CPF: 398.916.658-10

Nome: Alexandre de Sousa Ferreira
CPF: 721.371.771-53

